

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU
ATA da 103ª (centésima terceira) Reunião Ordinária

Dia 10 de maio de 2002

Às 9:00 (nove) horas do dia 10 de maio de 2002 (dois mil e dois), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente – SEPLAM, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da Dra. Norma Lacerda. Havendo número legal, a presidente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 101ª Reunião Ordinária, realizada no dia 15 de março de 2002. 2) Proposta do Projeto de Lei Edifício – Garagem: Diretrizes e Plano de Trabalho. 3) Projeto Construa Certo: Diretrizes e Plano de Trabalho 4) Minuta do Projeto de Lei: Passarelas. 5) Andamento do processo de revisão do Plano Diretor. 6) Outros. Estiveram presentes os conselheiros, Dra. Norma Lacerda, suplente da presidente, Dr. Elísio Soares de Carvalho Júnior, Secretária de Finanças (suplente), Dr. Daniel Gaio, Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Assuntos Jurídicos (suplente), Dr. Aubiérgio Barros de Souza Filho, representante da Caixa Econômica Federal (titular), Dra. Sílvia Maria Ramos de Oliveira representante da FIDEM (titular), Dr. Antônio Benévolo Carrilho, representante da FIEPE (suplente), Dra. Vera Lúcia Menelau de Mesquita, representante do CREA (titular), Dr. Antônio Aristóteles de G. Bastos, representante do CREA (suplente), Dr. Huseyin Miranda Sipahi representante do CORECON (titular), Sr. Márcio de Souza Rocha, representante do STIUEPE-CUT (suplente), Dr. Enio Laprovitera da Motta representante do IAB (suplente), Dr. Arménio Cavalcanti Ferreira, representante da ADEMI/PE (titular), Dra. Ana Maria Magalhães, representante do CENDHEC/ABONG (titular), Dr. Carlos Antônio Barroso Aguiar representante do SCJP/ABONG (titular), Sr. Clóvis Mário de Lima, representante do FÓRUM/PREZEIS (titular), Sra. Elaine de Oliveira Santos de Farias, representante do MNLM/PE (suplente). Dando início propriamente a reunião, Dra. Norma justifica aos conselheiros a ausência da Presidente do Conselho, Dra. Tânia Bacelar, que se encontra em reunião com o Prefeito e todo o secretariado da Prefeitura, sobre o PPA – 2003. Continuando, faz um ligeiro relato do andamento da revisão do Plano Diretor, comunicando que “as atividades estão seguindo normalmente, as reuniões estão acontecendo com a participação das demais secretarias. Não temos ainda amadurecimento para discutir esta revisão em outros fóruns. O único fórum para onde estamos levando notícias é este aqui. Como coloquei na reunião passada, houve necessidade de fazer um nivelamento em relação aos representantes das secretarias. Apresentamos o conteúdo do Estatuto da Cidade, da Lei Orgânica Municipal e do atual PDCR. A partir daí recebemos novas contribuições que estão sendo sistematizadas. O grupo executivo vem detalhando a questão metodológica, em relação ao processo. Um dos nossos maiores desafios será exatamente o processo, como vamos integrar e articular as diversas instâncias de diálogo. Em seguida, solicita à Dra. Sandra Wolmsley que faça a apresentação do 2º item da pauta - Andamento do processo de revisão do Plano Diretor (cópia da apresentação, em anexo). Continuando, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Aristóteles – CREA que falou da importância de se privilegiar o pedestre. “O privilégio ao pedestre pode criar situação em que ele próprio seja prejudicado. Por exemplo, usou-se muita lombada nesse país. Um estudo realizado pelo DENATRAN

chegou a conclusão que reduzir a velocidade do trânsito, mas ficando a 40km por hora, o trânsito não flui, criando situações perigosas ao pedestre. Constatou-se também um aumento dos atropelamentos, após a colocação das lombadas. Uma coisa interessante é a inclusão no Plano Diretor dos aspectos relativos aos direitos humanos e a cidadania, como também o resgate da cidade com a Região Metropolitana. Nesta revisão, deve existir normas que reflitam esses fatos, essas realidades comuns do Recife em seu entorno Metropolitano". Concluindo, sugere a criação de uma comissão para uma avaliação permanente do Plano, sem ter que esperar por cinco ou dez anos. Prosseguindo Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Huseyin - CORECON, "senti falta na avaliação do Plano, do resultado do que ocorreu nos últimos 10 anos. A mera consideração que ele continua avançado, não é suficiente para avaliar. Outra coisa, é sobre o tratamento articulado, entendi que ele é mais interdisciplinar. Além disso, algumas intervenções têm implicações em outro instante, ex: o caso das lombadas, que têm implicações em outro tipo de intervenção. Construindo uma economia externa, pode-se provocar um dano ou não. Faço uma analogia sobre o rio. Cobrimos uma série de usinas diferenciadas como as dos São Francisco. Tem todo o encadeamento do processo de utilização das águas ao longo do rio. Então esse tratamento interdisciplinar terá que ser visto também a causa, como causa e a primeira causa, para se fazer um Plano que considere as restrições orçamentárias. Em seguida, Dra. Norma passa a palavra a conselheira Ana Maria Magalhães - CENDHEC, "minha colocação é que, não basta avaliar que o conteúdo é atual e avançado. Sabemos que houve um processo grande de discussão, uma experiência na cidade na elaboração do Plano, mas, precisamos saber se correspondeu a correlação de força existente. Então, muitas coisas ficaram generalizadas, implicando na própria aplicação do Plano. Se não fizermos a avaliação não teremos um diagnóstico. Outra preocupação é a agilidade dessa discussão em outros fóruns. Seu conteúdo implica em conceitos, conceitos em relação a acessibilidade, mobilidade ou prioridade ao pedestre que têm rebatimento, repercussão com projetos que não devem ser discutidos, sem conhecer a política municipal de transporte". Concluindo, falou que a discussão está sendo interna, precisando agilizar o processo para discussões mais amplas. Dra Norma, fez um registro lembrando que foi feito um calendário, que sofreu alterações, uma delas foi que estava previsto para o mês de dezembro, a Conferência da Cidade, "por termos eleições em outubro, achamos que não era oportuno, passando a referida Conferência para março de 2003. Até lá deveremos ter resultados relevantes em relação ao Plano para levarmos a este importante fórum. Iremos realizar as pré-conferências da cidade". Passa, em seguida, a palavra ao conselheiro Arménio - ADEMI/PE, que propõe "que a Prefeitura faça uma exposição sobre o Plano para as entidades e estas discutam em seus âmbitos e tragam propostas ao Conselho". Em seguida, Dra. Norma menciona que o grupo executivo sentiu falta de uma análise geral sobre a evolução recente da cidade. "Estamos elaborando um documento de análise do que ocorreu na cidade em todas as suas dimensões para de fato termos condições de realizar uma avaliação mais geral, porque até agora o processo foi mais setorial". Ressaltou que o Sistema de Planejamento e Gestão, foi parcialmente implementado e chamou a atenção sobre a necessidade de apropriação de certos conceitos como normativo e estratégico. Passa a palavra ao conselheiro Huseyin, que ressaltou a importância da abertura dessa discussão que não atropelaria, pelo contrário, faria enxergar com mais clareza o processo. Não estamos preparados, não temos ainda

informações suficientes para essa discussão maior. Um exemplo, as duas crises energéticas ocorridas no Nordeste foram por falta de informações e de debates. No que se refere à de 1987, foi postergada a decisão de informar a sociedade. Naquela época, os diretores de operação das concessionárias, distribuidoras, não tinham a mínima idéia do que era um balanço energético e ficou fechado a sete chaves na Chesf, na Eletrobrás, com implicações para o comércio e para diversos setores. Quanto à segunda crise, ficou claro no relatório da presidência a falta de coordenação”. Continuando, Dra. Norma “garante que iremos discutir com todos os setores até o ano de 2003, não necessitando atropelar o processo, que é longo. Dentro de um mês, daremos início a esse processo”. Em seguida o conselheiro Carlos Aguiar – SCJP, ressalta uma questão paralela, relativa ao Metrópole Estratégico. “Recentemente participei no Cabo, espero que não ocorra no Conselho o que ocorreu lá. Se a intenção era reunir técnicos da Prefeitura de alguma forma relacionados com as políticas que as Prefeituras desenvolvem nos seus respectivos municípios, o encontro foi bom. Agora, se a intenção era envolver representantes das sociedades dos diversos municípios convidados, o encontro não alcançou o seu objetivo. O desafio, no Recife, de realizar esse encontro será muito maior, porque a representação popular é bem maior e composta por pessoas com representatividade. Discordo um pouco, quanto em deixar para mais adiante a realização da Conferência, por conta do ano eleitoral. Na nossa cidade, ano eleitoral é propício ao debate político”. Prosseguindo, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Clóvis Mário – Fórum do Prezeis que destaca: “em relação ao Metrópole Estratégico, senti falta da participação de outros segmentos. Na reunião em Paulista, tinha mais técnicos e foi muito menor o número de componentes da sociedade civil e dos movimentos populares”. Dando continuidade, Dra Norma passa para o próximo item da pauta – Projeto de Lei Edifício-Garagem: Diretrizes e Planos de Trabalho. Comunicando que foi criada uma comissão composta pelos seguintes conselheiros: Marco Antônio Borsoi - IAB/PE, Alberto Neves Salazar – SSP, Huseyin Miranda Sipahi – CORECON, Arménio Cavalcanti Ferreira – ADEMI/PE, Vera Lúcia Menelau de Mesquita – CREA, Elaine de Oliveira Santos de Farias – MNLM, Norma Lacerda – DIRBAM/SEPLAM e com a assessoria da Dra. Fernanda Costa – DIRCON/SEPLAM. No dia 26 de abril p.p, houve uma reunião, onde foram discutidos vários pontos: 1. Definição da LUOS de coeficientes de utilização do terreno - μ e taxas de solo natural – TSN diferenciados para as áreas que mais demandam estacionamentos, que são as: . Zonas Especiais de Centro Principal – ZECP ($\mu = 7,00$ e TSN = 20%) . Zonas Especiais de Centros Secundários – ZECS ($\mu = 5,50$ e TSN = 20%) . Zonas Especiais de Centros Metroviários – ZECM ($\mu = 5,50$ e TSN = 20%). Nas demais áreas, os coeficientes variam de 0,5 a 4,00 e a TSN, de 25% a 70% . 2 . Necessidade de definição da largura mínima de via. 3. Necessidade de análise urbanística do entorno do lote, abrangendo, no mínimo, a quadra onde esteja previsto o empreendimento e as quadras lindeiras. 4. Necessidade de estudo para identificação de áreas com demanda permanente de estacionamento , devendo a DIRBAM promover reunião com a DIRCON e a CTTU, afim de estruturar o referido estudo. No dia 6 de maio p.p houve nova reunião com os seguintes participantes: Norma Lacerda, Paulo Reynaldo e César Lopes da DIRBAM, Fernanda Costa e Carmem Assis da DIRCON e Angela Rúbia da CTTU, onde ficou acertado que a CTTU irá desenvolver um estudo sobre as possíveis áreas, definindo, inclusive, um cronograma. Continuando, Dra. Norma passa a palavra a Dra.

Angela – CTTU. “Existe uma demanda de estacionamento, e esse estudo irá nos dá uma visão ampla da cidade, uma visão da alteração do trânsito. O que pensamos para a cidade? Teremos que tirar os carros das ruas e acomodá-los em garagens, proporcionando um trânsito mais livre, embora podendo acarretar problemas de controle urbano, aumento do interesse de investimentos nessas áreas, e, conseqüentemente gerando um número ainda maior de veículos? O estudo deverá considerar o que será investido em transporte bem como os padrões que não temos como controlar e as questões operacionais. Sugiro, que na questão do cronograma, o CDU se envolva no processo”. Dra. Norma fez uma colocação dizendo que a participação da CTTU era imprescindível, pois ela detém informações sobre a circulação dos veículos, que não temos. “Mapear essas informações, onde estão ocorrendo maiores fluxos e, a partir daí, a comissão verificar se a retirada dos carros das ruas será bom ou não para a cidade. Outra questão: que novas informações deveriam ser geradas, para subsidiar a proposta e em que tempo? Não será só a CTTU que definirá onde serão as novas áreas. Passando em seguida a palavra, a conselheira Vera Menelau – CREA falou “que ficou acordado, na reunião da comissão, que voltariamos a discutir, até sobre o cronograma. Então de qualquer maneira as áreas vão ficar ainda sem definição”. Em seguida, Dra. Norma passa a palavra, o conselheiro Carlos Aguiar – SCJP ressaltou que “uma discussão preliminar sobre tirar ou não os carros da ruas seria interessante, mas considerando a proposta que foi apresentada ao Conselho”, e pergunta se os edifícios - garagens seriam seguidos por normas, com uma análise específica, definindo quem vai gerir, e, se seriam objeto de lei. Dra. Norma, lembra ao conselheiro que já estamos elaborando uma proposta para o Projeto de Lei Edifício – Garagem. “A questão é onde, e, depois como. Onde, nós, ainda não sabemos”. Ilustrando, o conselheiro Arménio fala “que a idéia é gerar conforto sem agredir, sem interferir, mostrar conforto ao cidadão”. Continuando, Dra. Norma passa a palavra a conselheira Ana Magalhães – CENDHEC. “Estou preocupada com o rumo que tomou essa discussão. Está caminhando para uma discussão apenas técnica. Na reunião passada, vários conselheiros colocaram preocupações no sentido que esse tipo de projeto deveria estar inserido numa discussão maior, sobre a política municipal de transporte. Não sou simpatizante deste projeto, pois o mesmo privilegia o transporte individual”. Interferindo, Dra. Norma lembra a conselheira que foi definido na reunião passada, que constaria como pauta da reunião de junho, uma exposição sobre transporte coletivo público, pela EMTU e a Secretaria de Serviços Públicos. Lembrando também que, na reunião passada, ocorreu um certo consenso que, em determinadas áreas da cidade, o edifício - garagem seria complementar ao transporte público de massa, como é o caso do corredor metroviário, claramente complementar ao transporte público de massa de qualidade”. Passando em seguida a palavra, a conselheira Elaine – MNLM, cede sua voz ao Dr. Marcelo Mezel, conselheiro do COMAM, que entre outras coisas sugere uma maior integração entre os dois Conselhos, e, se reportando à intervenção da conselheira Ana do CENDHEC, fala que “gostaria de conhecer melhor os impactos que este projeto poderá acarretar aos transportes públicos, como também, tem preocupação de que um empreendimento desse porte, possa tornar-se desnecessário, por ausência de veículos”. Prosseguindo, Dra. Norma passa a palavra, o conselheiro Aubiérgio – CEF menciona que “a questão do edifício – garagem não concorre com a questão do transporte público, pelo contrário. Como ilustração, relata a dificuldade que se observa hoje. Ex: um ônibus estava tentando fazer uma manobra na rua da Aurora,

simplesmente não havia espaço, devido os dois lados da rua estarem ocupados por veículos. Se não retirarmos os carros das ruas, não tem transporte coletivo que funcione. Lembro que são 4 mil novos veículos mês em Pernambuco, 80% deles estão na cidade do Recife e na Região Metropolitana”. Dra. Norma intervém, lembrando a necessidade de se mudar a cultura do transporte individual, inclusive de otimizar empreendimentos como o metrô. “Quem mora em Boa Viagem poderá utilizar o metrô, deixando seu carro dentro do edifício – garagem. É nesse sentido que colocamos a complementariedade. Já definimos uma comissão do CDU, precisamos agora compor uma comissão técnica, um grupo dentro da Prefeitura, para em seguida, repassarmos as discussões à Comissão”. Prosseguindo, Dra. Norma passa para o 3º item da pauta – Projeto Construa Certo: Diretrizes e Plano de Trabalho, solicitando ao conselheiro Enio – IAB, para fazer a apresentação. O conselheiro trouxe o documento numa versão preliminar, registrando por um lado, a importância do projeto e, do outro, a sua fragilidade e solicitando que não seja criada muita expectativa. “O Projeto Construa Certo, visa incorporar práticas de assessoria arquitetônica e urbanística nas estratégias de política habitacional da cidade do Recife. Constitui-se em uma ação coordenada a partir do Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, tendo à frente um conselho gestor, formado pela SEPLAM/PCR, IAB –PE, CREA – PE, UFPE, Fórum do Prezeis e MNLM/PE”. O conselheiro comunicou que irá colocar neste semestre na disciplina que leciona, Projeto de Planejamento 4, o referido projeto para ser trabalhado. Pelo fato de estarmos atuando numa comunidade, em geral com casas em alvenaria, não significa que, não tenha neste espaço, experiências com madeira, casa de plástico, metálica e, por trás empresas que possam ser parceiras. Essa diversidade de tecnologias de amostras permite, no 1º módulo, realizarmos palestras sobre estrutura metálica para habitação popular, sobre taipa e alvenaria armada. Profissionais de diversos organismos, como o CREA, a Prefeitura e etc, devem participar desse módulo. Dessa maneira, faremos o plano de trabalho da disciplina, abrindo também, a Universidade para esses saberes práticos, interagindo, fazendo parte. Em reunião com Clóvis – Fórum do Prezeis, ficou acordado que a intervenção deverá ser numa área já aprovada pelo Fórum. Em conversa com a arquiteta Luciana Azevedo, tomamos conhecimento das áreas que a Prefeitura irá investir de imediato. Esta proximidade para investir dá uma energia ao grupo, sendo o resultado mais imediato. Essas são sugestões, está em aberto para outras idéias. O Plano de Trabalho será vinculado ao semestre de aula já que a mão-de-obra, em princípio, será feita por estudante. Uma etapa preliminar, que começa hoje, até o primeiro semestre, onde irei revisar o projeto. Fazer contatos preliminares de parcerias técnicas e organizar a primeira etapa de palestras, com duração de 4 semanas, considerando os seguintes temas: 1. formação de Zeis, 2. espaço estético e legislação nas Zeis, 3. cotidiano de Zeis, 4. política habitacional e tecnologia para baixa renda: a) técnicas construtivas: alvenaria, madeira com estrutura metálica, outras. b) construir em morros, c) saneamento e drenagem. A segunda etapa, relativa ao diagnóstico da área contemplará: 1 trabalho de campo (levantamentos, entrevistas, observações diretas e etc), durante 2 semanas. A etapa III relativa ao estudo de tipologias se desenvolverá em 9 semanas, considerando 1. estudo preliminar, 2. anteprojeto, 3. projeto executivo. (Cópia da versão preliminar do projeto Construa Certo – A assessoria como componente da política habitacional, apresentada pelo conselheiro, arquiteto Enio Laprovitera da Motta, foi distribuída com todos os conselheiros presentes e fará parte, como anexo, desta Ata).

Em seguida, o conselheiro Enio, solicita à Dra. Norma que o Professor Dr. Luis de la Mora, com toda a sua competência e experiência faça algumas colocações sobre o projeto e fale um pouco sobre o Programa - Casa Nova. O Professor agradece o convite feito pelo conselheiro e Professor Enio, fala da satisfação de estar voltando a este Conselho e menciona a criação da disciplina eletiva de extensão, Habitação Popular no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, dando algumas informações do Programa – Casa Melhor, desenvolvido em parcerias com o Fórum do Prezeis, UFPE e a Prefeitura do Recife, com o apoio do PRORENDA URBANO/FIDEM – GTZ. É um Projeto de assessoramento e melhoria habitacional de 169 unidades em nove áreas Zeis. Consiste na cooperação técnica voluntária de professores e alunos em programas habitacionais da Prefeitura do Recife, através da disciplina eletiva de extensão, Habitação Popular. Uma oportunidade de vivenciar a globalidade do processo de pequena escala de uma habitação popular: levantamento das condições atuais, diálogos com o “cliente”, elaboração do projeto arquitetônico e de instalações, aprovação pela Prefeitura do Recife e definição do orçamento com limite de R\$ 2.750,00 por habitação. Falando especificamente sobre o projeto Construa Certo, ficou muito feliz quando tomou conhecimento pelo Professor Enio e lembrou que os Conselhos são órgãos representativos, deliberativos, controladores e não têm atribuição de atividade de ação. Sugere a formação de um grupo, com representantes das instituições como, por exemplo, CEF, CREA, IAB, Universidade e a Prefeitura, para discutir como estes órgãos poderão participar. O conselheiro como representante da instituição, não do CDU, que apresentaria, de vez em quando, ao Conselho o andamento do projeto. Em seguida, o Professor de la Mora distribui com todos presentes um texto sobre habitação popular, se desculpando por estar em castelhano. Prosseguindo, Dra. Norma passa a palavra a conselheira Sílvia – FIDEM, que parabeniza o conselheiro Enio pelo projeto enfatizando que “cai muito bem para despertar a responsabilidade social e a sensibilidade com inclusão social e para integrar a Universidade. Fala da experiência do Governo do Estado, com o Prometrópole e, como contribuição, menciona a produção de moradores em gesso, sugerindo colocar esta experiência no projeto. Dando continuidade, Dra. Norma passa a palavra, o conselheiro Carlos Aguiar – SCJP, salienta que tanto o projeto Construa Certo como o Casa Melhor são interessantes, principalmente por envolver o Fórum do Prezeis, sugere que seja implementado em áreas que tenham projetos urbanísticos, chama atenção para a necessidade do morador ter acesso a uma linha de investimento, e, finalmente que não basta projetar, é necessário dotar de eficácia o projeto. Fala, em seguida, sobre os trabalhos desenvolvidos pelo SCJP na Zeis Rosa Selvagem, na Zeis de Campo Grande, com recursos do FAT, em parceria com a Universidade. Os trabalhos inclui capacitação dos trabalhadores com alguma experiência em construção civil, moradores das Zeis, para o manuseio do gesso e a participação de ONG’s. Em relação ao Programa - Casa Melhor, falou da sua estranheza por ser só 169 unidades habitacionais, e devido a escassez de recursos, deveriam ser concentrados numa só área, numa só Zeis. Finalizando, perguntou se o usuário vai poder interagir no produto final. Passando a palavra, o conselheiro Aristóteles – CREA, falou que conhece vários sistemas de habitação popular no Brasil e no exterior. “Tenho uma grande preocupação quanto à qualidade. Habitação popular, não pode estar desvinculada da qualidade e estabilidade da construção. Devemos inserir o atendimento das normas técnicas, de modo que seja resistente, estabelecendo um parâmetro mínimo de obediência às normas técnicas

brasileiras”. Prosseguindo, Dra. Norma passa a palavra ao Prof. Luis de la Mora, que esclareceu que o Fórum do Prezeis é quem determina as áreas do Programa – Casa Melhor e que, em relação as 169 melhorias habitacionais, foi uma decisão na gestão passada, no governo do Dr. Roberto Magalhães, com verba definida no orçamento. Falou também do problema da licitação. A Universidade tem que cumprir esta norma, adquirindo algumas vezes materiais não disponíveis na comunidade, ou mesmo com um preço maior. Em seguida, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Aubiérgio – CEF, o qual menciona a questão dos recursos, afirmando “que existem, não só o dos próprios interessados, como os dos agentes financeiros, como a Caixa que disponibilizou para o Recife e a RMR no ano de 2002, o montante de 45 milhões de reais. O que está faltando realmente é a qualidade da construção. A Caixa só financia o imóvel se este estiver inserido no Programa de Qualidade”. Passando a palavra, a conselheira Ana Magalhães – CENDHEC lembrou que na reunião passada foi colocado a questão das construções existentes nas Zeis, principalmente nas mais antigas e, se reportando ao conselheiro Enio, solicita que ele não esqueça as questões das melhorias e da verticalização em áreas de ocupações informais. Em seguida, o conselheiro Huseyin – CORECON, registrou sua preocupação com o crescimento demográfico. “Algumas medidas tomadas pelo Governo Federal provocaram o fechamento de oportunidades econômicas”. Aproveitando a colocação do conselheiro Huseyin, Dra. Norma fala da necessidade de se abrir novas frentes urbanizadas, pois estar se agravando a situação de áreas já densamente ocupadas. Falou da necessidade de um estudo demográfico que constatasse onde estar havendo uma tendência de concentração da população. Os dados do Censo 2002, apresentados na reunião passada pela Dra. Cacilda, nos transmite uma idéia, uma parte da população se localizando, se adensando nos morros e outra, indo para a periferia, finalizando parabeniza o conselheiro Enio, afirmando que é uma experiência que entusiasma, sendo complementar ao Programa – Casa Melhor, que se responsabiliza pelo projeto e o Construa Certo pela construção. O alcance dos seus objetivos depende de vontade política, da competência e também da habilidade. Concluindo, agradece a presença e a participação valiosa do Professor de la Mora, dizendo que fica claro, pela sua fala, que ele é um estudioso em gestão, quando menciona toda sua experiência como conselheiro e disse também que ele foi muito feliz, quando nos lembrou que devemos ter em relação ao Plano Diretor uma atitude mais pró ativa e não ficarmos na espera. **Em seguida, o conselheiro Huseyin – CORECON, fez uma colocação que ficou inaudível.** Finalizando, Dra. Norma, agenda para o dia 14 de junho do ano em curso, a próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano, que terá como pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 102ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 2002. 2) Exposição sobre Transporte Coletivo – EMTU e Secretaria de Serviços Públicos. 3) Mapeamento da Violência no Recife – Vice – Prefeito. 4) Minuta do Projeto de Lei: Passarelas. 5) Andamento do processo de revisão do PDCR, da Minuta do Projeto de Lei Edifício – Garagem e do Projeto Construa Certo. 6) Outros. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 10 de maio de 2002.

Norma Lacerda – SEPLAM (suplente da presidente) _____

Elísio Soares de Carvalho Júnior, Sec. de Finanças (suplente) _____

